

Livro didático de Geografia: formação e deformações cartográficas

Geography textbook: formation and cartographic deformations

José Luiz Vaz de Sousa
Secretaria Municipal de Educação de Catalão, Goiás
zeluizvaz@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo tenciona promover a discussão quanto à qualidade do livro didático, mormente o de Geografia e, neste, em relação ao conteúdo cartográfico, tido pelo autor como essencial e indispensável para a consecução de outros conhecimentos geográficos e para o exercício cotidiano da cidadania. A eficiência do conteúdo posto nos livros didáticos, especialmente os direcionados aos primeiros anos escolares, torna-se, portanto, necessário de todos os cuidados. E não é o que se tem observado. No caso em pauta, um ciclo que começa com o aluno alfabetizado cartograficamente de forma insatisfatória se reinicia com o mesmo aluno, eventualmente alçado à condição de professor, e tal como seu antecessor, despreparado para a prática da cartografia, ocasionando outras más formações. Fato demonstrado no desconhecimento de alguns conceitos fundamentais pelos alunos que ingressam na graduação em Geografia, evidência de que não tiveram uma boa formação cartográfica, possivelmente consequência do uso de um livro didático de conteúdo deficiente, em muitos casos o único material didático disponível para alunos e professores.

Palavras-chave: Livro Didático, Ensino de Geografia, Cartografia Escolar

Abstract

This article intends to promote discussion about the quality of textbooks, especially the geography and this, in relation to the cartographic content, taken by the author as essential and indispensable to the attainment of other geographical knowledge and the daily exercise of citizenship. The efficiency of the post content in textbooks, especially targeted at early school years, it is therefore necessary for all care. And it's not what you have observed. In the case at hand, a cycle that begins with the student literate cartographically unsatisfactorily restarts with the same student, possibly raised to teacher status, and like its predecessor, unprepared for the practice of cartography, causing other malformations. As demonstrated in the ignorance of some fundamental concepts by students who enter graduate in Geography, evidence that did not have a good cartographic training, possibly a result of the use of a textbook of poor content, in many cases the only teaching materials available to students and teachers.

Key words: Textbook, Geography Education, School Cartography

Introdução

Uma primeira assertiva, que este artigo sempre ratificará, é necessária: o livro didático é um instrumento indispensável na socialização do conhecimento. Autores e editores são personagens fundamentais e contribuem na consecução desse objetivo, embora em muitos casos o livro padeça de equívocos que comprometem a qualidade do ensino que se propõe, prevalecendo o interesse econômico. O assunto tem provocado polêmicas, inclusive na grande mídia, fora do circuito acadêmico, chamando a atenção para o conteúdo de alguns livros. Sobressai, no entanto, a disputa por um mercado gigantesco, proporcional às dimensões continentais do país, cuja melhor expressão são os números envolvidos, disponíveis no sítio do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: o Programa Nacional do Livro Didático para o ano de 2016 (PNLD/2016) disponibilizou um orçamento total de R\$ 1.255.495.989,82 (um bilhão, duzentos e cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, novecentos e oitenta e nove reais e oitenta e dois centavos!), para a aquisição e distribuição de 128.588.730 livros a 34.513.075 alunos, em 121.574 escolas públicas espalhadas pelo território nacional (Figura 1).

PNLD 2016				
Número de Escolas Beneficiadas	Alunos Beneficiados	Exemplares	Valores (R\$)	
			Aquisição	Distribuição
39.606 – 1º ao 5º ano	10.150.460	47.409.364	368.062.791,73	58.727.886,32
59.097 – 1º ao 5º ano (Educação do Campo)	2.609.633	9.901.805	57.964.238,45	19.834.945,80
51.439 – 6º ao 9º ano	10.995.258	28.170.038	220.253.448,14	54.880.224,96
SUBTOTAIIS: 114.982	23.755.351	85.481.207	646.280.478,32	133.443.057,08
19.538 – Ensino Médio: 1ª a 3ª série	7.405.119	35.337.412	336.775.830,99	34.513.659,62
25.536 EJA (2015 e 2016): Ensino Fundamental e Médio	2.650.789	6.998.019	82.651.540,13	16.113.584,34
Programa Brasil Alfabetizado (PBA)	701.816	772.092	4.972.194,84	745.644,50
NÚMEROS TOTAIS DO PNLD 2016: 121.574	34.513.075	128.588.730	1.070.680.044,28	184.815.945,54

Quadro 1 – Números relativos à aquisição e à distribuição de livros aos alunos dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e do ensino médio, como também para educação de jovens e adultos (EJA) e Programa Brasil Alfabetizado (PBA), do PNLD 2016. Tabela adaptada pelo autor.

Fonte: <http://www.fn.de.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>. Acesso em: 20 de março de 2016.

O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD – foi criado há mais de três décadas, pelo Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, e

envolve ações de diferentes sujeitos: editoras; equipes de pareceristas vinculadas às instituições de ensino superior que irão realizar a avaliação; professores que devem escolher as coleções e finalmente; os alunos que receberão os livros. O MEC se encarrega das questões operacionais e os recursos financeiros – bem como a definição dos valores repassados às editoras – ficam a cargo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. (MACIEL, 2014, p. 234).

Os números da tabela são bem representativos da política de disponibilização do livro didático a alunos de escolas públicas. Cassiano (2014, p. 375) informa que “o segmento dos didáticos é o mais rentável do mercado editorial”. Por outro lado, se o programa atrai pela condição de grande negócio que é, carrega consigo os riscos em relação à “mercadoria” produzida, tais podem ser os imperativos que antecedem a preocupação com a qualidade.

O presente artigo propõe levantar (ou prosseguir!) a discussão a respeito do livro didático de Geografia, questionando a qualidade de seu conteúdo, especialmente aqueles adotados no Ensino Fundamental. Para o professor Raul Borges Guimarães

discutir o uso do livro didático é, em última instância, discutir o ato de ler. Afinal, a leitura deve ser entendida não como um exercício mecânico, mas como produção de significados. Não como um processo meramente de recepção das ideias produzidas pelo autor. Ao contrário, como um processo ativo e criativo, onde autor e leitor estão em interação. (GUIMARÃES, 1996, p. 66).

Em vista da necessidade da cartografia como pré-requisito para o avanço em outros campos da Geografia e a sua presença marcante no exercício cotidiano da cidadania, a análise mais acurada desse tema nos livros didáticos aponta para a falta do necessário comprometimento no trabalho de alguns autores. A consequência disso será um aprendizado e o conhecimento cartográfico deficientes, aquém dos objetivos curriculares recomendados, com prejuízos para a continuidade da formação do aluno-cidadão. A competência para representar os caminhos que percorre e a capacidade de transmitir a outrem informações acerca do espaço que o envolve – demonstrando as intervenções ocorridas ou a urgência delas, assim como os prováveis resultados – são fundamentos para o indivíduo na construção

de sua autonomia. Tal processo, porém, somente irá se concretizar a partir de uma formação adequada, fundada inclusive num livro didático de qualidade, cuja elaboração seja conduzida com seriedade, relegando a um segundo plano a preocupação com o mercado e os lucros.

Referencial teórico

O livro didático não deve ser o único instrumento de trabalho à disposição do professor. O próprio MEC, em seu Guia de livros didáticos de Geografia, de 2008, recomenda que seja “uma referência nos processos de ensino e aprendizagem que estimule a curiosidade e o interesse para a discussão, a análise e a crítica dos conhecimentos geográficos” (2008, p. 09). Na mesma linha Pontuschka, Paganelli e Cacete asseveram que “o livro didático deveria configurar-se de modo que o professor pudesse tê-lo como instrumento auxiliar de sua reflexão geográfica com seus alunos, mas existem fatores limitantes para tal” (PONTUSCHKA, PAGANELLI e CACETE, 2007, p. 343). Em muitos casos, porém, é só do que ele dispõe, outra evidência da importância dessa ferramenta. E ponderando que a qualidade do aprendizado possa decorrer da qualidade do livro didático, é plausível afirmar que o aluno mal preparado cartograficamente, a partir da utilização de um livro deficiente, terá problemas na continuidade de seu aprendizado. É necessário um debate permanente sobre a qualidade do livro didático de Geografia, muitas vezes convertido no mero produto de um grande negócio editorial, ao qual muitas escolas e professores (especialmente no setor público!) são obrigados a se sujeitarem. E em vista da dimensão que os números envolvidos permitem vislumbrar, há um

vínculo entre o Estado e o mercado editorial, que existe em todos os países do mundo, devido ao aspecto cultural do livro em geral, aliado à sua relevância econômica, porém, no caso dos didáticos, esse vínculo é estreitado sobretudo pelo papel privilegiado desses livros na escola (CASSIANO, 2007, p. 97).

Tal privilégio é tão flagrante que o próprio Banco Mundial “recomenda”, antes mesmo das bibliotecas (insumo evidentemente prioritário na melhoria do ensino fundamental) que haja investimentos públicos “na elaboração de guias para subsidiar a escolha do livro didático feita pelo professor, como também na capacitação dos docentes para que usem

corretamente os manuais”, embora, continua a “recomendação”, a produção e distribuição dos livros didáticos deva ficar por conta do setor privado (CASSIANO, 2007, p. 100).

Mas a crítica pura e simples dessa ferramenta e de todo processo mercadológico que a envolve, associada ao impulso de sugerir sua supressão, não convém, pois isso terminaria exigindo a reprodução de textos alternativos ou a utilização de vários outros livros, algo que demandaria custos para as escolas ou para os alunos, o que nem sempre é viável.

Nem tampouco os nossos professores têm condições de trabalho, tempo disponível, leituras, fontes adequadas para produzir os próprios textos utilizados em sala. A aprendizagem significativa em História e Geografia requer leitura de textos, mapas, documentos, ilustrações variadas para que o aluno possa “viajar” no tempo e no espaço, rumo à compreensão histórica e geográfica (FONSECA, 1998, p. 42).

O interesse pela investigação de como o conteúdo cartográfico tem sido abordado nos livros didáticos, especialmente naqueles dedicados ao Ensino Fundamental, surgiu de uma reflexão pessoal, quando ao ingressar na graduação em Geografia, o autor percebeu a dificuldade da quase totalidade dos colegas de turma em trabalhar com cartografia. Não se tratava de interpretar com maestria as imagens de satélites, tão facilmente acessíveis pela Internet ou vistas a todo momento na previsão do tempo nos telejornais, mas que exigem um melhor entendimento do assunto. Também não se buscava analisar conflitos territoriais ou de considerar as intenções subjetivas de quem produziu o mapa onde estão representadas essas tensões. O que intrigava naquele momento era o desconhecimento dos colegas universitários quanto a minudências banais do exercício cartográfico: havia quem não compreendesse as legendas, outros não conseguiam orientarem-se, e a maioria esmagadora era incapaz de entender as escalas, algo que, conseqüentemente, tornava inviável o cálculo das áreas e distâncias representadas nos mapas – informações essenciais, das quais decorrem as demais. Dificuldades sobejamente prosaicas para alguém que chegara àquele nível da escolaridade e que, tendo manifestado o interesse justamente pelo curso de Geografia, deveria ter o conhecimento cartográfico até como um pré-requisito elementar. Pareceu desastroso um aluno universitário ignorar conteúdo tão primário como (apenas um exemplo) a regra-de-três: para a conversão das escalas em medidas reais, basta esta operação, recurso que a maioria dos colegas não conseguia intuir e executar para traduzir os eventos simbolizados nos mapas. Obstáculos que vinham sendo acumulados provavelmente desde o ensino fundamental, conseqüentes do subsídio buscado (e nem sempre encontrado!) no livro didático, cuja

qualidade duvidosa, quase sempre, ao invés de auxiliar termina prejudicando o trabalho do professor e a formação do aluno. Em tal situação é arriscado pretender qualquer tipo de análise fundamentada na analogia da representação cartográfica com a concretude do espaço. São habilidades que, no decorrer da graduação, o geógrafo necessita assimilar, elaborar e aperfeiçoar, com vistas à sua difusão, no porvir.

Numa explicação afoita, se poderia querer dizer que o gosto pela ciência cartográfica e a sua compreensão é algo inato! Evidentemente que não, ninguém “nasce cartógrafo”, mas é facilmente observável como as crianças demonstram especial interesse pelo atlas geográfico, as cores das imagens, a localização de uma cidade que conheceram ou com a qual tenham alguma afinidade, a orientação em relação ao local em que se encontram, a distância que separa os dois pontos considerando a escala apresentada etc. Piotr Kropotkin, num ensaio publicado em dezembro de 1885, já afirmava que “nada interessa tanto às crianças como as viagens”, e logo adiante dizia ser

quase seguro que não existe outra ciência que possa tornar-se tão atrativa para a criança como a geografia, e que possa se constituir num poderoso instrumento para o desenvolvimento geral do pensamento, assim como familiarizar o estudante com o verdadeiro método de investigação (KROPOTKIN [1885, s.p.]).

Bastaria, então, excitar e orientar esse prazer: curiosas com o colorido impresso no atlas e pelas “figurinhas” das legendas, as crianças rapidamente compreendem a representação gráfica daquilo que de alguma forma conhecem, que faz parte da sua própria vivência. Indo a campo, observando o real e sua representação posta no mapa, o aluno poderá verificar como é estranho o que lhe parecia tão familiar, reavaliar sob ângulos até então inexplorados aquilo que é tão aparente em seu cotidiano, paisagens que se tornaram cenários banais. O próprio aluno se sentirá tentado a elaborar uma carta, representando sua compreensão, como agente transformador que é, da produção do espaço em que se insere. A percepção desse processo se dá como consequência ao interesse do indivíduo em analisar de que forma e por conta de quais agentes os eventos ocorrem à sua volta, conforme explicou Pierre George (1972, p. 20): “em qualquer procedimento geográfico, o primeiro passo é a observação”, que antecede uma reflexão a respeito de como traduzir a produção histórica do espaço bem como intervir criticamente nesse processo.

São inúmeros os registros da utilização da cartografia pelo ser humano no intuito de representar o ambiente que o envolve. Antes mesmo de inventar a escrita o homem já empregava os mapas como recurso para legar aos descendentes experiências e conhecimentos adquiridos e acumulados, vitais para a sobrevivência da espécie .

O conhecimento geográfico espontâneo surgiu em atendimento às necessidades básicas, como orientação para localizar a aldeia, o campo de caça e de pesca, para movimentação, para levantamento de recursos naturais, ou, então, como orientação em relação ao vento, chuvas, rios, a outras tribos, à marcha aparente do sol. Em atendimento aos mapeamentos e tradições, os mapas surgiram antes da escrita, traduzindo os registros de lugares e de outros grupos humanos ou de animais. (OLIVEIRA, 1999, p. 92).

Hoje, os primeiros contatos com esse conhecimento sistematizado se iniciam com a alfabetização cartográfica, nas séries iniciais do ensino fundamental, quando a criança já consegue reproduzir no papel, de forma inteligível, fatos e fenômenos que ocorrem nos lugares de sua própria vivência; por exemplo, desenhando o trajeto que faz de casa até a escola ou a planta da sala de aula. Esses primeiros passos devem ser observados e conduzidos com atenção, de forma que o aluno compreenda desde então as relações representadas numa carta, noções de escala e proporcionalidade, bases da cartografia.

Na contramão de tal necessidade, no entanto, algumas editoras optam pela compartimentação do material didático, visando mais lucros. Fonseca (1999, p. 43) diz que “as editoras, praticamente, retiraram toda a alfabetização cartográfica, as atividades de leitura e construção de mapas dos livros didáticos, passando a vender os paradidáticos específicos, os chamados cadernos de mapas”. De nossa parte, arriscamos dizer que se trata de inaptidão ou mesmo inabilidade dos autores, circunstância com a qual as editoras não se preocupam.

O entendimento do que expressam os mapas é fundamental. Logo em seguida às primeiras compreensões da cartografia, é necessário que o aluno saiba decifrar a carga histórica agregada a eles, inquirindo quem os fez, por que foram feitos, sob quais interesses etc. Em sua quietude, embora parecendo dizer que se trata de um “resultado”, o mapa é o desenho de um “processo”, que é preciso ser compreendido, em vista de sua relação com o histórico da inserção da região que representa em contextos mais ampliados. Milton Santos (1997, p. 57) diz que “a relação social, por mais parcial ou mais pequena que pareça, contém parte das relações que são globais”; compreender esse nexos é vital para o indivíduo em sua interação, e uma das etapas nesse percurso é entender tais relações impressas num mapa.

Como reprodução da realidade, construir um mapa significa registrar a dinâmica socioespacial da região representada, ou como poderá vir a ser esse processo.

Na formação escolar, o mapa é o que mais contribui para a compreensão do espaço vivido, resultante da produção histórica, urdida pelo próprio aluno como ser social, pelos que o precederam e por toda coletividade da qual é parte. O mapa favorece esse entendimento e interação, na medida em que viabiliza o conhecimento e o planejamento da relação do indivíduo com o restante da sociedade. É um meio necessário para a compreensão das relações do homem com o mundo e do homem com outros homens. Oliveira (1999) sintetiza bem essa reflexão quando afirma que

não resta dúvida de que o homem, como indivíduo ou parte de um grupo, basicamente necessita saber onde estão localizadas as coisas e onde ocorrem os acontecimentos na superfície da Terra. A atividade de mapear nasceu como manifestação de uma utilidade imediata e sob a pressão de necessidades fundamentais, tais como a de saber onde estamos e que relações espaciais podemos estabelecer. A necessidade de localizar-se e orientar-se se manifesta em termos de defesa, segurança e movimentação. (OLIVEIRA, 1999, P. 191).

Por sua vez, Passini (1994, p. 12) atribui grande importância à cartografia, ao afirmar que “ensinar a ler mapas ou alfabetizar para a leitura cartográfica tem implicações mais profundas para a educação que simplesmente ser um processo metodológico do ensino de Geografia”, concordando com Yves Lacoste (1988, p. 23), para quem

a geografia, enquanto descrição metodológica dos espaços, tanto sob os aspectos que se convencionou chamar “físicos”, como sob suas características econômicas, sociais, demográficas, políticas (para nos referirmos a um certo corte do saber), deve absolutamente ser recolocada, como prática e como poder, no quadro das funções que exerce o aparelho de Estado, para o controle e a organização dos homens que povoam seu território e para a guerra. (LACOSTE, 1988, p. 23).

Portanto, é inegável que o desconhecimento da cartografia inviabiliza o avanço de maneira eficiente para outros campos da Geografia. Um ciclo que começa com o aluno alfabetizado cartograficamente de forma insatisfatória se reinicia com o mesmo aluno, agora professor, tal como seu antecessor, despreparado para a prática da cartografia, num ciclo que continuará provocando outras más formações. O desconhecimento de alguns conceitos fundamentais pelos alunos que ingressam na graduação em Geografia é a evidência de que

não tiveram uma boa formação cartográfica, possivelmente consequência do uso de um livro didático de conteúdo deficiente, ocorrido ainda no ensino fundamental. A Geografia como disciplina escolar tem assumido outros objetivos, dentre os quais ser indutora de uma consciência crítica, baseada na reflexão sobre as tensões cotidianas; tal postura, sem o saber cartográfico, não se consuma.

Evidentemente “não se considera a qualidade do livro didático como única responsável pela qualidade do ensino ora vigente. No entanto, a sua melhoria, sem dúvida, resultaria na melhoria da qualidade do ensino, mesmo que de forma parcial” (PASSINI, 1994, p. 46). Medita-se aqui sobre o que poderia ser uma falta de compromisso de alguns autores e editores ao não apresentarem adequadamente o conteúdo de cartografia para os usuários do livro didático, onde se percebem deficiências que afetam o processo de sistematização dos demais saberes geográficos, assim como dificultam uma série de ações cotidianas do indivíduo, que necessita compreender e questionar permanentemente sua relação com o mundo. Ingrediente essencial no processo de ensino/aprendizagem, o livro distribuído pelo governo pode ser o único material didático disponível ou mesmo o único livro com o qual muitas pessoas conviverão pela vida inteira. Elza Passini chama atenção para um grande problema dos livros didáticos, a ausência de uma postura nos textos que provoque a inquietação do aluno, ponderando que “os livros didáticos normalmente não trazem essa forma de tratamento questionador” (PASSINI, 1994, p. 49). E novamente chamando a atenção para o conteúdo cartográfico, é evidente que a qualidade dos mapas impressos nos livros compromete a qualidade da formação do aluno, na medida em que

muitos mapas publicados como mapas de sala de aula variam de muito úteis a prejudiciais, e muitas vezes se apresentam errôneos e enganosos. É possível exemplificar isto com os mapas dos livros didáticos, inseridos por seus autores: a publicação indiscriminada e sem controle de livros de texto tem permitido o aparecimento de mapas para “ilustrar” que na verdade “desilustram” os conteúdos geográficos. (OLIVEIRA, 1999, p. 198).

Embora todos os mapas impressos em livros didáticos mereçam tratamento semelhante, é de se imaginar que nos capítulos referentes à cartografia eles devam ser mais bem cuidados, providos de seus elementos indispensáveis. No entanto, frequentemente veem-se nos livros didáticos muitos mapas incompletos, faltando dados essenciais como a escala numérica em uns e a escala gráfica em outros. Pode-se dizer que o emprego das duas escalas em um mesmo mapa seja supérfluo, mas nessa fase da formação escolar é importante que se

conheça a similaridade das escalas gráfica e numérica e, num estágio posterior, saiba o aluno optar pela apresentação de uma ou outra, segundo a necessidade ou conveniência.

Considerações Finais

Durante a elaboração deste artigo, algo se tornou inquestionável: a importância do livro didático como fonte multiplicadora do conhecimento, ali sistematizado e organizado, desde que começou a ser produzido e utilizado, até os dias atuais, quando impera a alta velocidade de novas e mais sedutoras maneiras de acesso à informação. A inépcia de alunos da graduação em Geografia na prática de exercícios banais de cartografia deve ser passível de preocupação, considerando que se trata de uma categoria essencial para a compreensão de outras do vasto domínio da ciência geográfica e importante no cotidiano do indivíduo. Ao se cogitar sobre a gênese do problema, pressupõe-se que tal deficiência – ou grande parte dela – ocorra em função da forma como aqueles alunos iniciaram-se no aprendizado da cartografia, a partir da metodologia e do conteúdo proposto no livro didático utilizado no ensino fundamental, quando há a introdução aos fundamentos da cartografia.

Enquanto recurso pedagógico, o livro didático jamais perderá sua importância, tendo em vista a quantidade de informação que pode conter e o acesso, ainda bem mais simples frente a outros meios. É preciso corrigir a falta de compromisso profissional, expressa em autorias deploráveis, cujas consequências são inimagináveis, considerando a quantas mentes um livro pode atingir e de quantas maneiras pode transformá-las. Pelos motivos aqui expostos e em vista de sua presença no contexto educacional do país, se o livro didático é de qualidade duvidosa, também será duvidoso o êxito de quem dele se utilizar.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2008: Geografia**. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **PNLD**. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico>>. Acesso em: 20 de março de 2016.

BRASIL. Presidente da República. **Decreto n.º 91.542**. 19 ago. 1985. Diário Oficial, p. 12178, seção I. 1985.

CASSIANO, C. C. F. **O mercado do livro didático no Brasil:** da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007). 2007. 252 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

_____. Materiais didáticos e ensino na escola básica: impactos no currículo e na produção editorial brasileira. In: **Remate de Males**. Campinas [SP], v. 2, n. 34, p. 375-396, jul./dez. 2014.

FONSECA, S. G. Livro didático de história e geografia: abolir, complementar ou diversificar? In: **Ensino em Re-vista**. Uberlândia [MG], nº 7 (1), p. 39-45, jul.98./jun.99.

GEORGE, P. **Os métodos da geografia**. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

GUIMARÃES, Raul Borges. Tecendo redes e lançando-as ao mar: o livro didático de Geografia e o processo de leitura e escrita. In: **Em Aberto – O livro didático e qualidade de ensino**. Brasília: INEP, nº 69, ano 16, jan./fev., 1996.

KROPOTKIN, P. **O que a geografia deve ser**. Seleção e tradução de José William Vesentini de Antipode: a Radical Journal of Geography, vol. 10/11, n. 1/3, 1976, p. 6-15. Publicado originalmente em The Nineteenth Century, XXI, Londres, dezembro de 1885. Disponível em <<http://www.geocritica.hpg.com.br>>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2016.

LACOSTE, Y. **Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. tradução de Maria Cecília França. Campinas, SP: Papirus, 1988. 263 p.

MACIEL, G. N. O Programa Nacional do Livro Didático e as mudanças nos processos de avaliação dos livros de geografia. In: **Pesquisar – Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia**. Florianópolis [SC], v. 1, n. 1, out. 2014.

OLIVEIRA, L. Que é geografia. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia [MG], n. 11, p. 89-95, jan./dez. 1999.

PASSINI, E. Y. **Alfabetização cartográfica e o livro didático: uma análise crítica**. Belo Horizonte: Lê, 1994. 93 p.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko e CACETE, Núria Hanglei. **Para aprender e ensinar Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

SANTOS, M. (1926-2001). **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUSA, J. L. V. **Imprudências metodológicas – a abordagem dos fundamentos da cartografia no livro didático de 5ª série**, escrito por Melhem Adas, adotado na rede pública do sudeste de Goiás. Monografia (Especialização em Metodologia do Ensino de Geografia). Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão. Catalão, GO. 2005, 66 f. il.

Sobre o Autor

José Luiz Vaz de Sousa

Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2012). Especialização em Metodologia do Ensino da Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2007). Graduação (Licenciatura) em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2003).

Artigo Recebido em Junho de 2016.

Artigo aceito para publicação em Novembro de 2016.